



7 • Correio Braziliense — Brasília, quarta-feira, 9 de julho de 2025

Bolsas Na terça-feira	Pontuação B3 Ibovespa nos últimos dias	Dólar Na terça-feira	Salário mínimo	Euro Comercial, venda na terça-feira	CDI Ao ano	CDB Prefixado 30 dias (ao ano)	Inflação IPCA do IBGE (em %)
0,13% São Paulo	139.050	R\$ 5,445 (- 0,58%)	R\$ 1.518	R\$ 6,384	14,90%	14,91%	Janeiro/2025 0,16 Fevereiro/2025 1,31 Março/2025 0,56 Abril/2025 0,43 Maio/2025 0,26
0,37% Nova York	139.302	Últimos					
	3/7 4/7 7/7 8/7	2/julho 5,420 3/julho 5,405 4/julho 5,424 7/julho 5,477					

IMPOSTO DE RENDA

Lira quer reduzir taxa para os super-ricos

Segundo o relator do PL que prevê mudanças no IR, alíquota pode cair dos 10% propostos pelo governo para até 8%

» ISRAEL MEDEIROS

A alíquota do imposto mínimo para os super-ricos pode cair. Segundo o relator do projeto de lei que isenta de Imposto de Renda quem ganha até R\$ 5 mil, deputado Arthur Lira (PP-AL), há conversas para mexer no texto porque a alíquota de 10% para quem recebe mais de R\$ 1,2 milhão por ano é mais do que suficiente para bancar o avanço na faixa de isenção. Neste cenário, o que se avalia é uma diminuição para 9% ou 8%.

“Todos sabem que as contas de uma alíquota mínima de 10% dá uma compensação muito maior do que a renúncia. A renúncia de R\$ 25,8 (bilhões) e uma arrecadação de R\$ 34 (bilhões), só para 2026. Então, lógico que se nós estamos buscando uma neutralidade pontual da isenção dos R\$ 5 mil para uma compensação para estados, municípios e todos, a gente vai buscar uma alíquota que seja mais eficaz”, afirmou Lira a jornalistas, ontem.

A apresentação do relatório de Lira sobre o assunto estava prevista para 27 de junho, mas o cenário político mudou com a derrota do governo no Congresso no Imposto sobre Operações Financeiras (IOF). Com a derrubada do decreto, Lira tem discutido com integrantes da comissão especial que analisa o projeto do IR a possibilidade de incluir no texto medidas compensatórias, inclusive, algumas previstas na Medida Provisória do governo que aumentou a taxa de bets, de fintechs e passou a tributar investimentos antes isentos, como a Letra de Crédito Imobiliário (LCI) e Letra de Crédito do Agronegócio (LCA).

“A gente tem que encontrar uma saída jurídica, política, legislativa

para essa questão (do IOF). Lógico que isso só se resolve com conversa. Foi sugerida a possibilidade de se tratar desse assunto e de se tratar desses assuntos pontuais da medida provisória — não todos, ela é bem extensa. A gente vai analisar, vai ver se ajuda, se atrapalha”, afirmou.

Na avaliação de Lira, o clima para a aprovação da MP não é dos melhores. Por isso, a intenção de “adiantar” medidas que ajudem o governo a colocar as contas em ordem. “Nós recebemos uma solicitação para que naquela semana da discussão do IOF esse relatório não fosse apresentado e que a gente voltasse a sentar”, disse. A previsão de votar o tema na comissão especial antes do recesso, no entanto, segue de pé. A apreciação no plenário, por sua vez, deve ficar para o segundo semestre.

Alternativas

Uma alternativa ao imposto mínimo apresentado pelo governo é a tributação de dividendos. Segundo um levantamento da Unafisco (Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal), o governo deixa de arrecadar mais de R\$ 70 bilhões por ano (considerando dados de 2023) com isenção tributária de lucros e dividendos por pessoa jurídica.

Lira também falou sobre a possibilidade de aumentar alíquotas da Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) para instituições financeiras. O tema, segundo ele, deve ser tratado em um projeto separado, para evitar que o texto do IR ultrapasse o prazo legal para vigorar em 2026.

“Há uma discussão muito grande no setor financeiro, com a edição da medida provisória, de protecionismo de grandes, ataque aos pequenos, aquela narrativa toda.

Bruno Spada/Câmara



Arthur Lira (PP-AL) estuda incluir em seu relatório propostas alternativas à derrubada ao decreto do IOF, como a elevação da taxa de bets

Então se o texto tratasse de CSLL, a gente teria o prazo até 30 de setembro, início de outubro (para aprovar). Se não tratar, a gente tem o prazo até o fim do ano, que é a anualidade”, disse.

Aval de Motta

O aceno ao governo dependerá de conversas com o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB) e do aval de líderes partidários. Motta tem se mostrado particularmente resistente às

tentativas de acordo feitas pelo governo. Depois do fiasco do IOF para o governo — que envolveu até um descumprimento de acordo —, o clima é de animosidade entre a cúpula do Congresso e o Executivo, que foi à Justiça questionar a derubada do decreto do IOF.

Também tem contribuído para a falta de entendimento a campanha do governo nas redes sociais por maior justiça tributária. Parlamentares — especialmente aqueles ligados ao setor produtivo — veem uma tentativa de colocar a

população mais pobre contra empresários e contra o próprio Congresso, já que as publicações começaram depois da derrota do Executivo no decreto do IOF.

O texto enviado pelo Executivo tem o apoio da maioria do Congresso quanto à isenção até R\$ 5 mil. A compensação da perda de arrecadação, por outro lado, tem causado controvérsia, especialmente com a atuação dos lobbies da elite que passaria a pagar o imposto mínimo (ou uma eventual taxa sobre os dividendos recebidos).

Ao propor alterações ainda na comissão especial, o ex-presidente da Câmara quer reduzir resistências ao texto.

“Se tudo for da maneira mais simples, a gente pode apresentar algum relatório esta semana, a depender dessa conversa com o presidente da Casa e com os líderes partidários. Mas todo encaminhamento aqui do colégio de coordenadores da comissão é no caminho de neutralidade e de eventual votação ainda neste semestre”, disse Arthur Lira.

POLÍTICA MONETÁRIA

BC estuda mudar crédito habitacional

» RAPHAEL PATI

O presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, disse que o Banco Central planeja alterar o atual modelo de concessão de crédito imobiliário. Em reunião, ontem, com a Frente Parlamentar do Empreendedorismo, ele observou que a Caderneta de Poupança - principal instrumento de financiamento utilizado hoje - vem perdendo fôlego para outros tipos de investimentos, apesar de ainda ser a aplicação preferida dos brasileiros.

“É um tema que estamos trabalhando para ver se conseguimos fazer um caminho de transição do modelo antigo para um modelo novo, que não vai ser do dia para a noite, vai ser um processo longo, a poupança está aí há muitos anos”, disse o presidente do BC durante a reunião.

Segundo o Relatório de Poupança divulgado pela autoridade monetária na segunda-feira, no primeiro semestre deste ano a caderneta registrou resgate líquido de R\$ 49,6 bilhões. Esse desempenho tem se

repetido no país, com a poupança registrando mais saques do que depósitos. Em 2023 as saídas somaram R\$ 87,8 bilhões e, em 2024, R\$ 15,5 bilhões, respectivamente.

Galípolo defendeu que o BC considera importante essa “agenda estrutural” e que há um “problema sério” de financiamento imobiliário no Brasil, ressaltando que o país ainda fica bem atrás de seus pares mais próximos. “A Poupança ainda é hoje a principal fonte de recursos para financiar o mercado imobiliário. E a gente tem uma participação do financiamento do crédito imobiliário no PIB muito menor que nossos pares. O Chile tem 30%. A Tailândia, 20%. A África do Sul, 18%. O México, 11%. O Brasil vai ter esse patamar de 9,8%, mas 6% vem do FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço).”

No mesmo encontro, Galípolo também defendeu mudanças nas linhas de crédito do país, propondo corte no que ele chamou de “subsídios cruzados”. Na visão do presidente do BC, uma revisão na oferta

Felipe Soares/FPE



À vontade na FPE, Galípolo defendeu a independência financeira do BC

desses créditos poderia reduzir os juros no país.

O presidente do BC lembrou, ainda, que grande parte da população brasileira usa o rotativo do

cartão de crédito para aumentar a renda mensal, o que faz com que os juros do crédito fiquem ainda mais altos. “Esse crédito não deveria ser usado de maneira perene, e, sim,

de maneira mais planejada, com planejamento”, afirmou.

A chegada do Pix parcelado, previsto para ser lançado em setembro de 2025, é uma modalidade que vem para reduzir o custo do parcelamento, na visão do chefe da política monetária. “A ideia é sempre poder ofertar mais serviços para o cliente. É um caminho que tende a ser mais barato, a você poder parcelar de maneira mais barata”, disse.

Autonomia

Galípolo ainda voltou a defender a independência financeira da autarquia, após comentar sobre a invasão aos sistemas da C&M Software. Na visão do chefe da política monetária, as instituições financeiras devem ficar cada vez mais suscetíveis a fraudes do tipo, o que reforça a necessidade de investimento em segurança digital. “O Banco Central tem condições de fazer e que se fiscalize aqueles recursos da maneira que se achar mais

transparente ao público”, disse o presidente da instituição sobre os recursos destinados à segurança dos bancos e instituições financeiras, que atualmente são controlados pelo governo federal.

O presidente do BC ainda citou o exemplo das criptomoedas, que de acordo com as investigações até o momento, teriam sido utilizadas pelos criminosos que entraram no sistema da C&M para lavar dinheiro, após os desvios dos recursos. “Então, precisa ter todo um processo de regulamentação, observância e fiscalização que precisa ser feito, que está sendo discutido agora, exatamente”, disse.

A autonomia orçamentária e financeira do Banco Central faz parte da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 65/2023, que ainda está em análise no Senado Federal. Apesar de ser defendida tanto por Galípolo quanto pelo ex-presidente Roberto Campos Neto, a medida ainda encontra dificuldades para avançar, sobretudo por servidores da autarquia.